

Ano 11, Vol XXI, Número 1, Jan-jun, 2018, Pág. 72-88.

SUBJETIVIDADE DOCENTE DIANTE DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Joelma Ramos Serejo Silva & Ramon Luís de Santana Alcântara

RESUMO

A organização da sociedade segundo os preceitos do neoliberalismo tem enquanto uma de suas consequências para o trabalho, a precarização. Os trabalhadores docentes constituem-se em uma das categorias mais afetadas por esse processo, o qual é fortalecido pela dinâmica da governamentalidade, havendo uma interferência direta na construção das subjetividades desse segmento profissional. Este artigo tem como objetivo entender de que forma a precarização do trabalho docente interfere em sua subjetividade. As questões que nortearam o estudo foram: como a subjetividade do trabalhador veio sendo gerenciada pelo capital através da história da organização do trabalho? De que forma as mudanças do mundo do trabalho, ocorridas a partir do neoliberalismo, determinam a precarização do trabalho docente? Como a subjetividade do professor é forjada a partir da precarização e da governamentalidade? O procedimento metodológico utilizado foi uma revisão teórica de textos do Portal de periódicos da CAPES, selecionados a partir dos descritores: trabalho docente, subjetividade e precarização. Adotou-se, como recorte temporal, o período de 2000 a 2016. A categoria governamentalidade foi abordada segundo o pensamento do filósofo Michel Foucault. Concluiu-se que a governamentalidade neoliberal reforça o processo de precarização do trabalho docente, acarretando prejuízos à saúde biopsíquica dos professores. A superação dessa realidade exige que a categoria docente rompa com o individualismo e a competição para que possa construir estratégias coletivas de resistência à submissão de suas próprias subjetividades.

Palavras-chave: subjetividade docente; governamentalidade; precarização do trabalho.

ABSTRACT

The organization of society according to the neoliberalism rules has as one of its consequences for work, precariousness. Teachers form one of the most affected categories by this process, which is strengthened by the governmentality dynamic, and there is a direct interference in subjectivities construction of this professional segment. This article aims to understand how precarious teaching employment interferes with its subjectivity. The questions that guided this study were: how has worker subjectivity being managed by capital through organization work history? In what way do the changes in working world that occur from neoliberalism determine the precariousness of teaching employment? How is the teacher's subjectivity forged on precariousness and governmentality? The methodological procedure used was a theoretical revision of the

texts included in the CAPES periodics Internet portal, selected from the descriptors: teaching work, subjectivity and precariousness. The period from 2000 to 2016 was adopted as a temporal cut. Governmentality category was approached according to the philosopher Michel Foucault's thinking. It was concluded that the neoliberal governmentality reinforces the precarious teaching employment process, causing damages to the biopsychic health of the teachers. This overcoming reality requires teaching category breaks with individualism and competition so that it can make resistance collective strategies to the submission of its own subjectivities.

Key words: teacher's subjectivity; governmentality; precarious work.

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho tem sofrido rápidas e profundas transformações que acarretam, àqueles sobrevivem do trabalho, exigências de ordens diversas que os atingem ao nível biopsicossocial. O docente, enquanto trabalhador assalariado, que garante seus meios de subsistência através de suas habilidades intelectuais, físicas e emocionais, constitui-se atualmente em uma das categorias profissionais que mais sofre as consequências negativas, advindas do quadro de organização da produção capitalista contemporânea que, no Brasil, tem seguido os preceitos do neoliberalismo.

A organização neoliberal da sociedade traz, enquanto uma de suas consequências para o trabalho, a precarização. Neste artigo, discute-se acerca da subjetividade do professor, tendo em vista as demandas do seu trabalho em um contexto de precarização. Objetiva-se entender de que forma a precarização do trabalho docente interfere em sua subjetividade. Para tanto, buscou-se responder às seguintes questões: Como a subjetividade do trabalhador veio sendo gerenciada pelo capital através da história da organização do trabalho? De que forma as mudanças no mundo do trabalho, ocorridas a partir do neoliberalismo, determinam a precarização do trabalho docente? Como a subjetividade do professor é forjada a partir da precarização e da governamentalidade?

Para a realização deste estudo, elegeu-se enquanto procedimento metodológico uma revisão teórica de textos do Portal de Periódicos da CAPES, utilizando-se como descritores: trabalho docente, subjetividade e precarização. Adotou-se enquanto recorte temporal, o período compreendido entre os anos 2000 e 2016.

Foram também utilizadas elaborações teóricas do filósofo Michael Foucault acerca do seu conceito de governamentalidade.

A SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR AO LONGO DA HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Pensar a subjetividade do trabalhador requer, necessariamente, levar em consideração as formas pelas quais o capital buscou organizar e controlar as atividades do trabalho, bem como as estratégias de enfrentamento e resistência ao controle, utilizadas pelos trabalhadores. Segmentos indissociáveis da relação de produção nos moldes capitalistas, trabalhadores e proprietários dos meios de produção constroem suas formas de perceber, sentir e agir no mundo. A construção da subjetividade do trabalhador é atravessada pelas demandas, discursos, imposições e ideologias impostos por um sistema de produção que, em última instância, visa o máximo de lucro, nem que para isso, sempre que necessário, opte por demitir o trabalhador, deixando-o à deriva para integrar o excedente disponível no mercado.

No esforço por garantir condições ideais de produção e crescimento, o capital sempre empreendeu medidas de gestão e organização do trabalho, fazendo ajustes para enfrentar as crises cíclicas que o acometeram ao longo de sua existência. Assim, o taylorismo, o fordismo e o toyotismo constituem-se em modelos de gestão que utilizam formas diferenciadas de controle que afetam não somente o modo de execução do trabalho, como também a subjetividade do trabalhador.

Segundo Soboll e Ferraz (2014, p. 49), o taylorismo foi criado por Frederick Taylor, em um contexto em que era preciso atender a um ritmo novo de produção nas fábricas, diante do surgimento da economia de escala. Era necessário aumentar a produtividade. Essas estudiosas afirmam que Taylor apontou, enquanto causa da baixa produtividade nas fábricas, a má administração do tempo e do rendimento no trabalho realizado pelos operários. A partir disto, desenvolveu enquanto solução para o problema, métodos mais objetivos e uniformes de execução do trabalho, os quais

deveriam ser desenvolvidos e prescritos exclusivamente pela gerência, sem interferência dos trabalhadores.

Segundo Braverman (1987, p. 83), “Taylor ocupava-se dos fundamentos da organização dos processos de trabalho e do controle sobre ele”. Desenvolveu suas ideias em uma conjuntura em que já estava ocorrendo a aplicação da ciência à produção. Trata-se do final do século XIX e início do século XX, período no qual Taylor iniciou a chamada gerência científica. A marca principal desse modelo de gestão é a separação radical entre aqueles que pensam e aqueles que executam o trabalho. Faria (citado por SOBOLL E FERRAZ, 2014, p. 50) apontam que a gerência científica:

[...] retira do trabalhador a sua capacidade criativa e o trabalho é transformado em uma atividade parcelada e sem sentido, cabendo ao sujeito que trabalha adaptar-se aos parâmetros estabelecidos [...] Para Taylor, o trabalhador ideal deveria ser pouco inteligente, fisicamente forte, submisso e dependente do emprego.

Segundo esses parâmetros, ao trabalhador era exigido disciplina e obediência incontestável à autoridade da gerência, que, por sua vez, estava comprometida com o empregador. Em se tratando da subjetividade dos trabalhadores, embora nesse período o controle fosse exercido mais explicitamente sobre seus corpos, Soboll e Ferraz (2014) apontam a existência de práticas incipientes, que visavam ajustar a subjetividade do trabalhador aos interesses da produção, tendo sido utilizada a estratégia de conceder incentivos salariais a fim de que o trabalhador se sentisse motivado a elevar a produtividade.

As estratégias utilizadas pelos capitalistas para moldar a subjetividade do trabalhador aos seus interesses serão melhor desenvolvidas no contexto do fordismo. Este novo modelo de gestão incorpora o taylorismo e complementa-o com o uso da tecnologia. O fordismo foi desenvolvido por Henry Ford, que assim como Taylor, visava o barateamento da força de trabalho e uma maior independência do capital em relação a esta. Ford introduziu na produção o sistema de linha de montagem, através da utilização de esteiras rolantes para o abastecimento de peças, o que determinou um controle do ritmo de trabalho e um maior parcelamento das tarefas. Esse modelo de

gestão segundo Faria (citado por SOBOLL E FERRAZ, 2014, p. 52), não permite aos trabalhadores ter controle sobre o processo de produção, deixando-o vinculado ao capital.

De acordo com Soboll e Ferraz (2014, p. 53), o Fordismo foi responsável por desenvolver uma nova mentalidade e comportamento do trabalhador, como resultado da necessidade de ampliação do consumo, haja vista a produção em massa. Foi preciso transformar o trabalhador em um consumidor, reduzindo suas jornadas de trabalho e aumentando seus salários, de forma a ampliar o mercado consumidor. Segundo essas estudiosas, trata-se de um novo momento de desenvolvimento do capital que, para manter seus níveis de crescimento, influenciou o desenvolvimento de uma sociedade movida pela cultura do consumo. A aspiração ao consumo não foi o único eixo no qual o fordismo afetou a subjetividade do trabalhador. Família, sexualidade, moralidade, lazer e religião também foram atravessados pelas exigências de condutas desse modelo de gestão. Ainda de acordo com Soboll e Ferraz (2014, p. 54):

[...] para além da disciplina no trabalho, a forma de controle imposta pelo modelo de gestão fordista impactou e produziu formas de ser e agir predominantes entre os trabalhadores, uma vez que essa determinava um padrão de conduta que deveria ser seguido por esses sujeitos.

Como se pode perceber, as demandas de reorganização do capital para crescimento modificam a gestão dos trabalhadores, ocorrendo apelos explícitos ou implícitos a mudanças nas formas de pensar e agir dos mesmos, que se mostram vulneráveis às pressões exercidas pelo capital, organizando-se e resistindo, de acordo com as correlações de força da conjuntura.

Com a crise estrutural do capital no final dos anos 1960, o fordismo foi sendo questionado, pois que já não respondia às demandas desse momento. O toyotismo ou sistema de acumulação flexível foi a alternativa encontrada. Constitui-se no modelo de gestão japonês surgido após a segunda guerra, caracterizado por organizar a produção de acordo com a demanda. Embora demandasse uma participação mais efetiva do trabalhador no processo de produção, ocorrendo uma relação diferenciada entre

capital e trabalho em se comparando com o taylorismo, de acordo com Antunes (citado por SOBOLL E FERRAZ, 2014, p. 57):

[...] a acumulação flexível torna-se para o capital uma forma de maior exploração e controle sobre o trabalhador... a apropriação do “saber-operário” acontece nesse modelo de gestão visando, cada vez mais, a usurpação da dimensão intelectual dos operários e envolvendo, cada vez mais, a sua subjetividade.

Essa dimensão de captura da singularidade do trabalhador no modelo de gestão toyotista, também é abordada por Faria e Meneghetti (2007, p. 6), segundo eles:

Através dos novos processos produtivos e do novo modelo de gestão toyotista, torna-se possível atribuir ritmos intensos e precários de trabalho sem a total consciência do trabalhador da sua condição de trabalho. Seria, portanto, uma nova fase do fordismo, incrementado pela capacidade de sequestro da subjetividade do trabalhador, fazendo com que este desconheça suas reais condições de trabalho através do afastamento da consciência da realidade.

A sociedade capitalista contemporânea criou e desenvolveu uma cultura consumista e individualista que, de forma persistente, disseminou a ideologia de sucesso, reconhecimento social e felicidade, viabilizadas pelo consumo de bens. Imerso e hipnotizado pela forte propaganda dessa cultura, através de uma mídia poderosa, o trabalhador acaba por consentir com sua exploração tanto enquanto produtor de bens, como enquanto sujeito que se esforça por trabalhar mais para poder consumir o que produz. Dessa forma é empurrado a se adequar à lógica do controle do capital flexível para conseguir se inserir e se manter na corrida altamente competitiva do mercado de trabalho e do consumo.

Segundo Faria e Meneghetti (2007), no sistema Toyotista espera-se que o trabalhador se adapte inteiramente às exigências do capital, devendo ter amplas habilidades como: estar sempre motivado, capacidade de trabalhar em equipe, cooperação, maior formação acadêmica, flexibilidade, inclusive para ser deslocado geograficamente de acordo com a necessidade da empresa. Compreende-se assim que se encontra, na essência da gestão toyotista, a exigência de que o trabalhador renuncie a si

mesmo e que suas aspirações mais íntimas possam coincidir com os próprios interesses da organização onde trabalha, em última instância, com os interesses da acumulação capitalista flexível.

Em uma realidade como essa, o trabalhador sofre intensa pressão advinda das mais diversas expressões de controle. Sente-se demandado pela gestão, pelos seus pares, e, o que reflete mais fidedignamente o espírito da racionalização do trabalho, sente-se pressionado por si mesmo, haja vista a introjecção dos valores disseminados pelas concepções ideológicas que sustentam a organização social capitalista.

É importante pontuar que, neste modelo de gestão, o trabalhador acaba por se envolver ao nível de suas aspirações, sentimentos e crenças, empenhando suas forças produtivas ao máximo para se encaixar em múltiplas exigências, secundarizando outros âmbitos de sua vida, para se dedicar ao trabalho.

De acordo com Ehrenberg (citado por SOBOLL E FERRAZ, 2014, p. 61) uma das consequências sobre a subjetividade do trabalhador advindas do modelo de gestão flexível constitui-se na:

[...] empresarização dos comportamentos, a qual ocorre em qualquer nível hierárquico e busca fabricar uma mentalidade de massa, na qual cada um seja impulsionado a se governar por sua conta e risco. Nesse contexto, o indivíduo está sempre em situação de prova, estressado, ingerindo tranquilizantes ou excitantes para dar conta da situação que o obriga a ter bom desempenho, a alcançar a excelência, meios artificiais para enfrentar a concorrência, superar seus limites, construir uma “boa imagem” e ter autocontrole perante o outro.

Como se pode perceber, as reflexões feitas acerca do toyotismo até aqui apontam que essa forma de gestão da produção capitalista tem introduzido mudanças que interferem na subjetividade daqueles que trabalham, impondo-lhes novas formas de se perceber, perceber o seu trabalho e a sua vida como um todo, mudanças essas atreladas aos interesses da produção flexível e descompromissadas com a saúde e humanidade do trabalhador.

Antunes (citado por SOBOLL E FERRAZ, 2014, p. 62) traz enquanto consequências negativas do toyotismo: “maior precarização do mundo do trabalho

envolvendo a desregulamentação dos direitos do trabalho regular, a fragmentação da classe trabalhadora, a precarização e terceirização da força humana que trabalha”.

Note-se que a precarização trabalho e a consolidação de uma cultura consumista, individualista e altamente competitiva constituem-se nos maiores legados do modelo toyotista, no que diz respeito às transformações que afetam as subjetividades, interferindo no modo como as pessoas percebem, sentem, se identificam e agem no mundo. Desenvolveu-se uma verdadeira cultura capitalista e empresarial em todos os âmbitos da vida, não só no campo da produção econômica e do trabalho.

Contemporaneamente, as relações familiares, os processos educativos, as igrejas, as manifestações artísticas e culturais encontram-se contaminados por essa espécie de ilusão obsessiva de que a felicidade estará à espera daquele que conseguir trilhar, a partir dos seus próprios esforços, os desafios dos caminhos traçados pela cultura de consumo.

No item a seguir, será dada atenção especial às repercussões da precarização do trabalho no campo da educação. Serão desenvolvidas reflexões acerca do processo de precarização do trabalho docente, a partir do desenvolvimento do neoliberalismo.

NEOLIBERALISMO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

O movimento de precarização do trabalho ocorre concomitantemente às origens e desenvolvimento do neoliberalismo. Segundo Anderson (1995), “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar”. O objetivo do neoliberalismo é a defesa do livre mercado com intervenção mínima do Estado. De acordo com Anderson (1995), seus idealizadores afirmavam que a desigualdade se constituía em um valor imprescindível à liberdade das pessoas, sendo necessário diminuir o poder dos sindicatos e do movimento operário, em razão da pressão que

exerciam para o aumento dos salários e para um maior investimento por parte do Estado em ações sociais.

A crise ocorrida no modelo econômico capitalista no pós-guerra determinará uma longa recessão a partir de 1973, período em que se dão as condições para o avanço das ideias neoliberais que irão se alastrar nas décadas seguintes. Para Anderson (1995), uma das grandes vitórias do projeto neoliberal foi tornar-se hegemônico.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.

É possível perceber que há um casamento perfeito entre neoliberalismo, enquanto conjunto de preceitos ideológicos e políticos de sustentação do capital, e o toyotismo, enquanto modelo de gestão do trabalho. Ambos estão comprometidos com o estabelecimento das condições necessárias à continuidade da produção capitalista, defendendo os interesses dos detentores dos meios de produção, em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Ambos defendem a necessidade de se manter o trabalho em condições de vulnerabilidade, reféns das flutuações do mercado de trabalho. São forças complementares que se unem no processo de precarização do trabalho.

A precarização do trabalho docente constitui-se em um reflexo da precarização mais ampla que atinge a todos aqueles que vivem do trabalho. No Brasil, a partir da última década do século XX, foram realizadas reformas educacionais elaboradas em consonância com as prescrições do neoliberalismo que trouxeram mudanças significativas para o trabalho do professor. Segundo Garcia e Anadon (2009, p. 66), tais reformas preconizam a centralização do planejamento e da formulação das políticas, e a descentralização administrativa e financeira da implementação, o que

permitiu à gestão escolar fazer novas parcerias que só foram viáveis, a partir da gerência das subjetividades dos envolvidos.

Essas pesquisadoras afirmam que a precarização do trabalho docente tem se caracterizado por:

[...] desqualificação da formação profissional dos docentes pela pedagogia oficial das competências, a intensificação do trabalho dos professores em decorrência do alargamento das funções no trabalho escolar e das jornadas de trabalho, os baixos salários docentes que não recompuseram as perdas significativas que sofreram nos anos da ditadura militar. Também a padronização dos currículos do ensino básico e da formação docente e a instituição de exames nacionais favoreceram a emergência de novas estratégias de controle, baseadas na auditoria, no desempenho e no recrudescimento da culpa e da autorresponsabilização docentes. (GARCIA e ANADON 2009, p. 68)

É importante pontuar que as rápidas mudanças chegam ao cotidiano do professor, de forma que ele não tem condições concretas de questionar, resistir ou sugerir os caminhos pelos quais conduzirá o seu trabalho. É como se o professor estivesse sendo levado por uma forte e irresistível onda, no meio da qual tenta se salvar.

O Brasil tem uma histórica cultura de autoritarismo e culpabilização. Diante dos problemas e fracassos sempre se buscam os culpados a fim de penalizá-los e se eximir das responsabilidades que, em geral, estão relacionadas ao sistema de produção econômica e às relações de poder que o engendram, as quais fogem ao controle daqueles que comumente são penalizados. Na história da educação brasileira, a culpa pelo fracasso do sistema educacional flutuou entre os segmentos que não tem o poder de planejar ações e direcionar recursos para a educação pública, segmentos que se encontram envolvidos no processo educativo cotidiano: discentes, familiares e trabalhadores da educação. Ora o foco da culpa recai sobre os próprios educandos, ora sobre seus familiares, ora sobre o professor. No contexto do neoliberalismo e de precarização do trabalho docente, a culpa tem recaído sobre o professor e a própria instituição educacional que tem sido alvo de cobranças sem que se considere, muitas vezes, o caráter descompromissado das políticas públicas nesse campo e o histórico atrelamento do sistema educacional brasileiro às demandas do sistema de produção capitalista.

Ao abordarem a questão da “intensificação do trabalho docente”, Garcia e Anadon (2009) afirmam que este é um conceito que vem sendo utilizado por Apple (1995) e Hargreaves (1998) nas suas investigações acerca da racionalização e controle do trabalho no campo educacional, na sociedade norte-americana. Esses autores caracterizam a intensificação do trabalho docente pela: “crescente demanda de novas atribuições, pela falta de tempo para as atividades mais básicas da vida humana e pelo sentimento de cansaço crônico dos trabalhadores intelectuais em função do excesso de trabalho” (2009, p.70). Referem-se ao que denominam de “colonização administrativa e burocrática” do tempo de trabalho dos professores que corresponde ao processo de absorção do tempo e espaço com demandas da administração do ensino, da gestão currículo e da escola, processo esse desencadeado por interesses relacionados à produtividade e ao controle.

Esse movimento de intensificação do trabalho docente pode ser também percebido na realidade brasileira que, nas últimas décadas, tem sido marcada por políticas educacionais gestadas a partir de preceitos neoliberais as quais, conforme Garcia e Anadon (1999, p. 76), instituem “novas formas de gerencialismo e autogerencialismo que supõem a participação ativa dos professores em sua própria sujeição”. Assim, a intensificação do trabalho docente, levando-se em consideração o contexto brasileiro, está relacionada essencialmente à ampliação da demanda de responsabilidades e atribuições do professor, a quem não é oferecido tempo, condições de trabalho, formação e remuneração adequados para responder às novas exigências. Como resultado, tem-se um profissional sobrecarregado, com um gasto de energia que ultrapassa os limites necessários à garantia de saúde.

Diante do percurso feito até aqui, pode-se concluir que a precarização do trabalho docente no contexto neoliberal aponta para a construção de novas subjetividades desse profissional, as quais são atravessadas pelos interesses do capital flexível e pelas ideias de produtividade, de alcance do sucesso e da felicidade pela via da competição, consumo e status. Nas reflexões que se seguem, busca-se compreender como a precarização do trabalho docente interfere na construção de sua subjetividade, a partir da exploração do conceito de governamentalidade desenvolvido por Michel Foucault.

PRECARIZAÇÃO E GOVERNAMENTALIDADE NA CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE DOCENTE

A obra de Michel Foucault foi desenvolvida a partir do entendimento básico de que as relações sociais são fundamentalmente relações de poder, as quais atravessam os processos de construção das subjetividades em todos os âmbitos da vida. Para Foucault (2013, p. 123), existe uma forma de poder que se exerce sobre a vida cotidiana das pessoas.

[...] que classifica os indivíduos em categorias, designa-os por sua individualidade própria, liga-os à sua identidade, impõe-lhes uma lei de verdade que lhes é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos. Há dois sentidos para a palavra “sujeito”: sujeito submisso ao outro pelo controle e pela dependência, e sujeito ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si. Nos dois casos, essa palavra sugere uma forma de poder que subjuga e submete.

Veja-se que Foucault critica a dinâmica que prevalece na sociedade regida por relações de poder, na qual a manutenção dos grupos hegemônicos na posição que ocupam depende de estratégias que garantam a formação de subjetividades que consintam e colaborem com a reprodução deste tipo de sociedade. Para ele, na modernidade, a questão que se coloca é a luta contra formas de sujeição, contra a submissão da subjetividade. Esta luta, segundo suas palavras, tem predomínio (FOUCAULT, 2014, p.123).

Esse processo de submissão das subjetividades e de subjetivação dos indivíduos constitui-se em uma estratégia de poder e controle que integra o que Foucault (2015, p.207) denomina como a arte de governar. Segundo esse pensador, a partir do século XVI até o final do século XVIII, foram desenvolvidos tratados que se ocupavam das questões de governo em uma perspectiva diferente do que vinha sendo feito neste campo até então. A partir desse contexto, a preocupação não se limitava em aconselhar os governantes a saber como se comportar, mas sobretudo a como gerir o

comportamento da população, como implementar o governo “das almas e das condutas”. Foucault (2015, p. 429) desenvolveu o conceito de governamentalidade:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança [...] e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes.

Santos (citado por ALCÂNTARA, 2013, P. 58) afirma que “governar as pessoas é um difícil e versátil equilíbrio de complementaridade e conflito entre técnicas que asseguram a coerção e processos por meio dos quais o eu é constituído e modificado por si mesmo”. Note-se que a noção de governamentalidade se refere a uma dinâmica em que o próprio sujeito participa do governo de si, quase sempre sem ter consciência de que essa necessidade de autodisciplinamento, de autogoverno foi ocasionada por um processo mais amplo de controle no bojo das correlações de forças da sociedade. Trata-se, como o nome sugere, de um governo da mente, de modelar a si mesmo.

O processo de governamentalidade foi se aprofundando na sociedade ocidental, alicerçando a produção econômica e social capitalista e se solidificando com a concretização dos preceitos neoliberais. Interfere diretamente na construção das subjetividades características da contemporaneidade.

No campo educacional, a governamentalidade se expressa de várias formas e tem se constituído em uma das barreiras que dificulta a percepção da precarização do trabalho docente. Imerso na cultura do autoempreendedorismo, da meritocracia, do personalismo e do sucesso que caracteriza o autogoverno das pessoas na atualidade, o professor muitas vezes não consegue perceber e criar estratégias de resistência coletiva perante os efeitos perniciosos desse sistema. O excesso de trabalho com acúmulo de funções, o surgimento de novas demandas tecnológicas, as exigências constantes de formação continuada, a culpabilização do docente pelo fracasso na educação, o individualismo, a competitividade acirrada, o controle das políticas educacionais de desempenho das instituições, o desempenho de atividades em mais de uma instituição em razão da baixa remuneração são aspectos da realidade docente que tem levado os

professores a se sentirem pressionados, perplexos, isolados e não raro, amedrontados no cotidiano de seu fazer laboral.

Ao refletirem sobre as mudanças impostas ao trabalho e à subjetividade docente a partir das demandas da sociedade informatizada e em rede, Cecílio e Sousa (2009, p. 394) afirmam que:

Estudos apontam uma desproporcionalidade entre transformações do mundo mental e as do mundo material. Estas são mais rápidas, mais visíveis e quase sempre se antecipam às já consolidadas formas de pensar. São evidentes alguns indicadores dessa lenta internalização e incorporação de mudanças e de seus significados para a formação e o trabalho docente, quando não de até sua rejeição. As representações e sentimentos são dissonantes. Alguns têm a sensação de estarem encurralados diante de exigências lhes impondo ritmos de trabalho além de suas forças e possibilidades e com oferta de recursos limitados para o cumprimento das expectativas. Daí, podem advir vários subprodutos e, como corolário, um ser humano deprimido e ansioso em razão da dificuldade em acompanhar o grande crescimento tecnológico, passando por experiências de distanciamento pessoal e de déficit em suas relações interpessoais.

As reflexões dessas autoras chamam a atenção para uma das consequências da precarização do trabalho docente, a saber o adoecimento de contingentes significativos dessa categoria, evidenciado pelas altas taxas de transtornos psíquicos e físicos que os acometem. Nesse contexto, como pensar a subjetividade desse profissional que tem sido atravessada historicamente por interesses hegemônicos que não correspondem às suas necessidades enquanto ser humano? Subjetividade essa dinâmica, passível de transformação, ainda que dentro de certos limites colocados pelo próprio controle social. Acredita-se que as questões relativas às subjetividades dos professores não estão restritas aos seus interesses individuais. Afinal, o professor é um dos profissionais responsáveis pela educação institucionalizada das pessoas e tanto pode reproduzir ideias e práticas que contribuem para a reprodução de um sistema social excludente, agenciando assim a sua própria exploração, quanto pode produzir um fazer profissional crítico que possa se colocar no questionamento desse tipo de sociedade.

Quando se tem a pretensão de edificar uma sociedade que esteja realmente voltada para a garantia da cidadania e valorização das pessoas e de seu trabalho, não se pode prescindir de profissionais da educação que disponham das melhores condições de trabalho possíveis, de remuneração adequada e devido reconhecimento social. Nesse

sentido, é necessário que a categoria docente possa pensar criticamente a sua realidade, romper com o individualismo e a competitividade negativa e desenvolver estratégias coletivas de resistência que permitam pelo menos minimizar os efeitos nefastos da precarização de seu trabalho. Dessa forma, o seu autogerenciamento poderá estar voltado não somente para atender às expectativas da meritocracia e para a redução da constante ameaça de exclusão do mercado de trabalho, mas poderá estar a serviço da desconstrução de uma dinâmica que tem sido sustentáculo da governamentalidade neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foram discutidas as influências do processo de precarização do trabalho docente em sua subjetividade. Primeiramente, discutiu-se sobre a subjetividade do trabalhador ao longo da história da organização do trabalho. Percebeu-se que o capital, diante de suas demandas de crescimento, tem implementado mudanças na gestão do trabalho que interferem significativamente na subjetividade dos trabalhadores. No taylorismo, no fordismo e toyotismo a gestão do trabalho tinha como objetivo garantir condições de reprodução e crescimento do capital. A precarização do trabalho, a concretização de uma cultura de consumo e individualismo, e o alastramento do modo de produção capitalista constituem-se nas maiores conquistas do neoliberalismo.

No Brasil, as últimas décadas têm sido marcadas por políticas educacionais construídas a partir dos preceitos neoliberais, as quais produziram a precarização do trabalho docente caracterizada por baixos salários; intensificação do trabalho com ampliação das funções e jornadas; meritocracia; competitividade acirrada; exigências intermináveis de formação continuada; introdução de novas tecnologias; culpabilização e autoculpabilização pelo fracasso do sistema educacional; institucionalização de exames nacionais de avaliação das instituições de ensino. Todas essas mudanças acarretam ao cotidiano docente sentimentos de ansiedade, cansaço, desânimo e frustração, deixando os professores vulneráveis ao desenvolvimento de doenças de ordens física e psíquica.

A superação dessa realidade adversa requer que a categoria docente tenha a oportunidade de perceber e questionar esse movimento de precarização do seu trabalho. Será preciso que aprenda a romper com a competição e o individualismo a fim de construir estratégias coletivas de resistência à governamentalidade neoliberal, barrando o seu avanço para submeter as suas subjetividades.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Ramon Luis de Santana. **A ordem do discurso na educação especial**. São Luís: EDUFMA, 2013.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

CECÍLIO, Sálua; SOUSA, Priscila P. de. **Entre senhas e telas: as reconfigurações do trabalho docente**. Educação, v. 34, n. 2, p. 391-404, maio/ago, 2009. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacao>

FARIA, José Henrique de; MENEGHETTI, Francis K. **O sequestro da subjetividade e as novas formas de controle psicológico no trabalho**. In: FARIA, José Henrique de (Organizador). Análise crítica das teorias e práticas de organizacionais. São Paulo: Atlas, 2007.

FOUCAULT, M. **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Ditos e escritos IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **A microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GARCIA, Maria M. Alves; ANADON, Simone Barreto. **Reforma educacional, intensificação e autointensificação do trabalho docente**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 63-85, jan./abr. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

SOBOLL, Lis Andrea; FERRAZ, Deise L. da S. (Org). **Gestão de Pessoas: armadilhas da organização do trabalho**. Atlas, 2014.

Recebido: 20/5/2018. Aceito: 20/06/2018

Sobre os autores e contato:

Joelma Ramos Serejo Silva

Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão
Psicóloga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
E-mail:joelmaserejo@gmail.com

Ramon Luis de Santana Alcântara

Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão
Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão
Professor Adjunto da Universidade Federal do Maranhão
Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFMA
END: Rua Auxiliar II, 917. La Touche Residence, ap. 906. Cohajap. São Luís/MA. CEP 65072-790. TEL: 98 981742497
E-mail: ramon.lsa@ufma.br